



APROVADA

ATA DO PLENO EXTRAORDINÁRIO DO DIA 22 DE JULHO DE 2020

1
2
3
4
5 No vigésimo segundo dia do mês de julho do ano de dois mil e vinte, às nove horas, é
6 declarado aberto por existência de quórum, o Pleno Extraordinário do Conselho Municipal de
7 Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente do Recife - COMDICA, por
8 meio remoto, respeitando o distanciamento social provocado pela pandemia do
9 Coronavírus/Covid-19, e o presidente Armindo Nascimento Pessoa coloca para deliberação os
10 itens da pauta: **APROVAÇÃO DA ATA DO DIA 30/06/2020; APROVAÇÃO DO EDITAL**
11 **ITAÚ; DEMANDA DAS COMISSÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRIMEIRA**
12 **INFÂNCIA (RETOMADA DA PARTICIPAÇÃO NO GT DE RISCO); PLANO DE**
13 **CONTINGÊNCIA DO COMDICA E INFORMES GERAIS.** *Participam do pleno na*
14 *condição de conselheiras(os): Armindo Nascimento Pessoa (Lar Presbiteriano Vale do*
15 *Senhor); Ana Maria de Farias Lira e Eduardo Paysan Gomes (Secretaria de Desenvolvimento*
16 *Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos - SDSJPSDDH); Auxiliadora*
17 *Maria Pires Siqueira da Cunha (Gabinete do Prefeito); Andréa Ricardo de Castro (Secretaria*
18 *de Educação); Núbia Carla de Azevedo Mesquita (Associação para a Restauração do*
19 *Homem); Germana Bezerra Suassuna Hemi Monique Vilas Boas de Andrade (CIEE - Centro*
20 *de Integração Empresa Escola de Pernambuco); Vesta Pires Magalhães Filha e Andréa Maia*
21 *Guerra Coimbra Carvalho (Procuradoria Geral do Município); Evandro Alves de Freitas*
22 *(Instituto Solidare); Itamar Sousa de Lima Júnior (CRP); Bárbara Elias de Souza Cabral*
23 *(Escola Dom Bosco - Inspeção Salesiana); os(as) técnicos(as) Ieda Accioly, Anderson*
24 *Ferreira, Aurely Macedo e Roberta Sartori (Sociopedagógico); Carlos Silva e Fabiana Cabral*
25 *(Prestação de Contas); Simone Maria, Thayná Lira (Financeiro); Angélica Araújo e Luiz*
26 *Eduardo Júnior (Comunicação) e, por fim, a secretária executiva, Simone Melo.* O presidente
27 inicia o pleno agradecendo a participação de todas(os) e informa a ordem do dia. **Em regime**
28 **de votação, o mesmo pergunta se a ata do dia 30 de junho do corrente foi analisada pelo**
29 **colegiado e se pode ser aprovada. A resposta é positiva e, não tendo nada mais a**
30 **acrescentar, a ata do dia 30 de junho é aprovada por unanimidade.** Seguindo a pauta, o
31 presidente explica que a Comissão do Edital Itaú se debruçou na construção do documento de
32 seleção de projetos e que, ao final da deliberação, foi encaminhado para leitura do colegiado e
33 aprovação. Ele pergunta se o documento foi analisado por todos(as) e se há algo mais a
34 acrescentar. O conselheiro Eduardo diz ter ficado em dúvida quanto aos *Considerandos*, no
35 trecho que trata do eixo de Acolhimento Institucional. A conselheira Andréa Castro parabeniza
36 a comissão pelo edital e diz que no documento original do Itaú Social não há alusão à
37 pandemia. A conselheira coloca da preocupação quanto ao instrumento de desempate para as
38 notas da avaliação externa. Andréa afirma ainda que é necessário mudar a nomenclatura do
39 item 11, de Oficina para Reunião, já que será apenas uma instituição contemplada. A
40 conselheira Ana Farias lembra que, universalmente, o critério de desempate em seleções é
41 aplicado para o que é mais antigo e que, no caso das instituições, pode ser a de maior tempo de
42 funcionamento. A conselheira Vesta acha importante colocar como regra no edital o critério de
43 desempate para que fique claro. Vesta diz que a comissão não deve deixar para resolver adiante
44 em virtude de uma possível implicação jurídica. A conselheira Auxiliadora (Dora) diz que o
45 critério de idade é o primeiro a ser observado nos processos e que depois o edital pode criar
46 dois ou três critérios mais específicos. As sugestões são as seguintes: data de fundação da



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

47 entidade e tempo de registro no COMDICA, diz Dora. A técnica Aurely explica que o item
48 citado pelo conselheiro Eduardo foi remanescente e que o documento tomou como base o
49 edital de captação de recursos tendo em vista a linguagem aproximada colocada pelo Itaú. Ela
50 afirma que foi feita toda uma atualização das partes jurídica e pedagógica à luz do que dispõe o
51 edital do Itaú. Aurely comunica que vai suprimir o texto solicitado dos *Considerandos*. O
52 conselheiro Eduardo diz ter dúvidas sobre o público atendido. A técnica Aurely afirma que é
53 para todo público adolescente, mas o público prioritário é adolescente em cumprimento de
54 Medidas Socioeducativas em Meio Aberto do Recife, conforme cláusula específica. Aurely
55 lembra que o trabalho dos *Considerandos* foi da conselheira Andréa Coimbra e do conselheiro
56 Evandro, que o Projeto Básico foi realizado por ela e a técnica Roberta e que a parte de
57 Comunicação ficou a cargo da técnica Angélica. Aurely diz que a inscrição na Plataforma
58 Prosas já foi realizada e que só falta agora selecionar a instituição que deve concorrer ao Itaú
59 Social. A secretária Simone esclarece que para manter a inscrição no Prosas é preciso fazer um
60 pagamento específico à plataforma. Ela lembra que o cadastro do COMDICA foi feito apenas
61 para o Edital Itaú Social e por um período de trinta dias. O conselheiro Evandro explica que o
62 Prosas tem equipes para fazer o mapeamento de todos os editais abertos e assessoramento na
63 mobilização de recursos. Ele coloca que com a realização da inscrição, o COMDICA poderá
64 coletar as informações e repassar as organizações registradas. A conselheira Andréa Castro
65 afirma que essa é a proposta. O conselheiro Itamar diz que com o pagamento deve haver uma
66 certa celeridade ao acesso dos editais, mas que o Prosas não é restrito. A conselheira Andréa
67 Castro afirma que o COMDICA só poderá encaminhar projetos se estiver dentro da plataforma.
68 O conselheiro Evandro afirma que é preciso pagar os custos para ter o acesso mais completo à
69 plataforma. A conselheira Ana Farias diz que o processo de discussão passa pela valorização
70 dos conselhos como órgão de controle social. Ela lembra que são os conselhos que têm
71 condições de julgar se as instituições que estão propondo participação nos editais de captação
72 de recursos estão de acordo com as políticas inerentes ao conselho. O conselheiro Eduardo
73 pergunta sobre o custo total para inscrição e adesão ao Prosas. A executiva Simone afirma que
74 vai verificar os valores para informar ao conselho. **Em regime de votação, o Edital de**
75 **Seleção de Propostas das Organizações da Sociedade Civil Executoras de Programas de**
76 **Aprendizagem e Profissionalização para Concorrência junto ao Fundo Municipal da**
77 **Criança e do Adolescente do Recife para o Processo de Seleção do FIA 2020 – Edital**
78 **Fundos da Infância e Adolescência do Itaú Social é aprovado pelo colegiado com**
79 **ressalvas**. Seguindo a pauta, o presidente solicita a apresentação das demandas das Comissões
80 de Políticas Públicas e da Primeira Infância. A técnica Aurely informa sobre a retomada da
81 participação do COMDICA no GT de Risco. A mesma coloca que o GT de Risco é formado
82 por toda Rede de Garantia de Direitos e coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento
83 Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos, através da Gerência da Média e
84 Alta Complexidade, e que cada RPA tem o seu grupo de trabalho. Ela diz que o GT privilegia
85 estudos de casos de famílias com muitos entraves de encaminhamentos, por ordem do usuário
86 ou externa ao usuário. A técnica fala que o COMDICA iniciou a participação em 2018 e que,
87 em meados de setembro de 2019, precisou priorizar outras demandas como, por exemplo, o
88 processo de escolha do conselho tutelar. Ela afirma que a participação é técnica e na
89 perspectiva da escuta e que, por isso, se tornou estagnada para o COMDICA, mas que agora
90 existe a necessidade de uma retomada a partir do que foi discutido na Comissão de Políticas
91 Públicas. É preciso considerar a retomada da participação do COMDICA de uma forma mais
92 específica, discutindo ponto a ponto e fazendo um estudo de casos, informa a técnica. Aurely



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

93 esclarece que a proposta é que o COMDICA volte a participar do GT, compreendendo a
94 necessidade de um encaminhamento mais efetivo, a partir de relatórios construídos
95 mensalmente pelos técnicos e levados às comissões. O conselheiro Eduardo afirma da
96 importância da participação do COMDICA no momento que o órgão está instalando um novo
97 comitê. O conselheiro diz que o GT é um espaço privilegiado de articulação das instituições
98 que fazem parte do Sistema de Garantia de Direitos e, também, que lá existem casos
99 complexos envolvendo as equipes do CRAS, do CREAS, dos conselhos tutelares, da Saúde, da
100 Educação, do MP, do DPCA, entre outras. Ele coloca da importância de recolher as
101 informações e percepções e levar para as comissões, em especial, ao Comitê da Rede de
102 Cuidados e Proteção Social das Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de
103 Violência. Por fim, a técnica Aurely acrescenta da importância de formatar uma resolução para
104 especificar a participação e as atribuições dos técnicos no GT de Risco. **Em regime de**
105 **votação, o colegiado aprova a retomada da participação do COMDICA no GT de Risco**
106 **com encaminhamentos mais efetivos, a partir de relatórios direcionados as devidas**
107 **comissões específicas e ao Comitê da Rede de Cuidados e Proteção Social.** Seguindo a
108 pauta, a conselheira Ana Farias informa sobre o Comissão de Elaboração do Plano da Primeira
109 Infância (PMPI). Ana afirma que todo o trabalho de elaboração pela comissão foi concluído
110 ontem, dia 21, e que a equipe da Secretaria de Planejamento (Seplag) está organizando os
111 escritos para que, dia 28, seja apresentado ao pleno para deliberação e aprovação. Após a
112 aprovação, o documento será encaminhado ao Executivo, através de mensagem, para *start*
113 (começo) do processo na Câmara de Vereadores, diz a conselheira. Ela coloca que, durante o
114 período, ainda estão previstas reuniões e audiências públicas, convocadas a partir da Frente
115 Parlamentar pela Primeira Infância, para apresentação da proposta que será discutida na
116 Câmara Municipal. Ana Farias informa que a proposta da comissão é que, dia 28, o Seplag
117 realize uma apresentação do processo de trabalho com alguns conteúdos. Antes do pleno, a
118 comissão solicitou o envio do documento para análise do colegiado, comunica a conselheira. A
119 executiva Simone afirma que o documento será compilado por Karen (Seplan) e será enviado
120 para o conselho, no máximo, até segunda-feira, dia 27. O conselheiro Itamar diz da
121 preocupação com relação a desmobilização da sociedade civil por conta da pandemia e de que
122 maneira as OSC's podem incidir no processo de forma mais efetiva. Ele afirma que as reuniões
123 e audiências públicas serão importantes para as instituições que estão na ponta do processo
124 fazer sugestões. A conselheira Ana coloca que é preciso avançar com o PMPI, por conta das
125 eleições municipais, para que seja aprovado ainda em 2020. Seguindo a pauta, o presidente
126 Armindo afirma que a Consulta OSC-Covid-19 está bem avançada. Na oportunidade, o
127 presidente parabeniza a técnica Angélica pelo trabalho realizado com competência na
128 Assessoria de Comunicação do COMDICA. Simone fala em seguida e afirma que, nos dias 20
129 e 21, Luiz Eduardo (Comunicação) foi até o COMDICA e fez ligações para as instituições que
130 tiveram os seus e-mails devolvidos. A técnica Angélica informa que Luiz Eduardo está
131 acompanhando de perto as devolutivas, que ele precisou entrar em contato para as instituições
132 que não receberam os e-mails com as informações necessárias e que foi disponibilizado através
133 das redes sociais, grupos de *whatsapp* e página eletrônica do COMDICA acesso ao link da
134 consulta. Ela explica que alguns e-mails foram redirecionados e que alguns questionários
135 respondidos já estão chegando. Angélica informa que a última atualização indica que 28 (vinte
136 e oito) instituições já responderam a consulta e que 55 (cinquenta e cinco) iniciaram, mas não
137 concluíram os questionários. A conselheira Andréa Castro fala do número baixo de adesões à
138 consulta e pede estímulo para que as instituições respondam. Ela coloca que é o questionário



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

139 que deve oferecer respaldo para o edital de contingência. As instituições precisam dizer de fato
140 as suas necessidades, fala Andréa. O presidente afirma que o COMDICA tem feito divulgação
141 de uma forma exaustiva do processo de consulta. A conselheira Dora diz que o questionário é
142 fundamental para responder as demandas do MP. Angélica informa que o prazo final dado pelo
143 colegiado para as organizações responderem foi 31 de julho e que, portanto, tudo está dentro
144 do prazo estabelecido. O conselheiro Evandro afirma que deve ser levado em consideração que
145 as instituições perderam os parceiros e estão sem equipe e com atividades fragilizadas. A
146 conselheira Núbia coloca que as organizações vivem um tempo diferenciado e estão dentro do
147 prazo. O conselheiro Itamar afirma que a participação das OSC's nos plenos do COMDICA
148 está sendo feita de uma forma muito tímida. Ele considera que quando as instituições
149 participam de momentos de construção e decisões os processos fluem melhor. O conselheiro
150 coloca ainda dos problemas estruturantes que as organizações enfrentam de acesso as novas
151 tecnologias. A executiva Simone afirma que a pauta da consulta foi tratada na presença das
152 OSC's em pleno aberto. Ela diz que a provocação sobre o processo está em todos os espaços e
153 redes e não tem como não responder ao questionário. A mesma afirma que o e-mail da consulta
154 é novo e que pode entrar como *spam*, mas que essa informação já foi tratada e repassada para
155 todas as instituições pelo grupo do *whatsapp*. A conselheira Andréa Castro afirma que no
156 momento da validação do questionário no pleno houve sugestões dos representantes das
157 instituições que foram acatadas. O presidente sugere que, dia 03 de agosto, a equipe técnica
158 envie para todas as comissões os dados a serem tratados e incluídos no plano de contingência.
159 A executiva Simone afirma que é preciso considerar que o plano de contingência é diferente do
160 edital de contingência. Pedimos prazos, mas ainda continuamos em falta com a resposta ao MP
161 e vamos ser cobrados quanto a resposta do plano de contingência, diz Simone. A técnica
162 Aurely esclarece que não houve pauta para o plano de contingência na Comissão de Políticas
163 Públicas, muito embora os membros terem sido provocativos no assunto, e que a previsão para
164 a próxima reunião da comissão é na segunda semana de agosto. Ela diz que a retomada nas
165 discussões acontece com o GT de debate para a criação do Centro Popinho. A sugestão é que o
166 próprio técnico que acompanha cada comissão coloque no papel o que já foi feito pelo
167 COMDICA durante a pandemia, propõe a mesma. A técnica Roberta comunica que a
168 Comissão de Monitoramento e Avaliação do FMCA tem trabalhado para fechar os relatórios de
169 impacto dos projetos cofinanciados pelo FMCA. Ela diz que, assim, não foi discutido de uma
170 forma concreta o plano de contingência. Roberta propõe montar um calendário para começar o
171 debate sobre o assunto. A conselheira Vesta prefere o trabalho conjunto ao invés de divido em
172 comissões. A conselheira Andréa Castro afirma que as ações inerentes à comissão estão em
173 andamento e que devem ser finalizadas em agosto. Andréa pede um olhar carinhoso da
174 comissão quanto aos relatórios e diz que a meta de entrega dos documentos é dia 14 de agosto.
175 Por fim, ela acredita que a proposta de Aurely sobre o plano de contingência é boa e que cada
176 comissão deve fazer o *checklist*. A conselheira Núbia esclarece que tinha agendado com a
177 conselheira Rafaela Lima a ida à sede do COMDICA para uma reunião presencial de avaliação
178 dos relatórios, mas que houve um mal-entendido sobre o prazo do dia 10 (data de resposta ao
179 MP). A conselheira fala que recebeu uma ligação informando que antes da avaliação da
180 comissão era necessário o trabalho técnico e que, só após o trabalho, os integrantes da
181 comissão deveriam deliberar sobre a aprovação dos relatórios. Ela diz também que se
182 disponibilizou a ir ao conselho fazer a avaliação, mas que o gargalo está no trabalho técnico.
183 Núbia afirma que ficou na dúvida de saber como se posicionar diante da questão. A técnica
184 Roberta afirma ter ligado para a conselheira Núbia e que enviou um e-mail a mesma referente a



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

185 uma reunião realizada com a gestora da parceria. Ela informa que no corpo do texto existiam
186 tabelas constando a relação dos projetos para avaliação e, ao lado, o prazo necessário para
187 resposta ao MP. Roberta coloca que encaminhou a sistematização da ata que foi deliberada em
188 conjunto com as equipes de Prestação de Contas e Sociopedagógica e a Comissão de
189 Monitoramento e Avaliação, onde consta a solicitação do conselheiro Eduardo de acesso aos
190 relatórios de impactos dos projetos. Ela explica que acesso seria dado para o entendimento do
191 trabalho desenvolvido pela instituição. Sendo assim, durante a reunião, foi combinado que os
192 relatórios de impacto seriam encaminhados a todos os membros da comissão, afirma a técnica.
193 Ela diz ainda que o trabalho da equipe técnica é pegar os relatórios de monitoramento
194 (primeiro e segundo) e o relatório de impacto e fazer um relatório específico para análises e
195 contribuições da comissão. Os vinte e seis relatórios com as contribuições da comissão serão
196 encaminhados para a gestora da parceria, informa Roberta. Ela esclarece ainda que ligou para a
197 conselheira Núbia explicando que não tinha como marcar uma reunião presencial, no
198 momento, em virtude da pandemia e que era necessário aguardar o parecer da equipe técnica.
199 A conselheira Andréa acrescenta que a tabela encaminhada por e-mail foi fornecida para uma
200 gestão à vista. O prazo indicado na tabela está correlacionado com a prestação de contas,
201 afirma Andréa. Ela esclarece que a prioridade é fechar as prestações de contas que precisam ser
202 respondidas ao MP e que a executiva Simone está na incumbência de fazer todos os
203 encaminhamentos. Simone coloca que os ofícios encaminhados pelo MP têm prazos para
204 respostas de 30 dias e que os ofícios perguntam se as instituições prestaram conta do financeiro
205 e do pedagógico. Ela comunica que todos os ofícios foram respondidos, informando que o
206 documento foi recebido e que toda documentação está em análise pelos técnicos do
207 COMDICA. Dito isto, Simone encaminha a pauta do plano de contingência, afirmando que o
208 técnico responsável por cada comissão fica responsável por levar uma agenda aos membros
209 para deliberação. A técnica Aurely coloca que os relatórios de monitoramento são prioritários
210 no processo e que as primeiras duas semanas seguintes é preciso focar nos relatórios. A mesma
211 afirma que o trabalho é minucioso e deve ser alinhado com a prestação de contas. A executiva
212 Simone solicita que o técnico Anderson e a técnica Ieda priorizem a entrega dos primeiros
213 relatórios para a Comissão de Monitoramento e Avaliação. Seguindo a pauta, o presidente
214 solicita que a técnica Roberta comunique o colegiado sobre a última reunião da Comissão do
215 Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo (SIMASE). Ela informa que a comissão
216 realiza uma discussão de cada eixo do plano socioeducativo e que, num destes eixos, está
217 prevista a criação de um GT, com representação municipal e estadual, que discuta casos e
218 elabore propostas e levantamentos das situações de ameaças de morte contra adolescentes. Dito
219 isto, Roberta faz a leitura de e-mail (anexo) encaminhado pela chefe da Divisão dos CREAS
220 Recife, Vanessa Pessoa, apresentando o diagnóstico construído pelo SIMASE. A técnica
221 explica que o COMDICA não consta como responsável pelo eixo 2 (dois) e que, por isso, não
222 participou da reunião do eixo específico. Roberta explica que a proposta é o agendamento de
223 uma reunião com o COMDICA e CEDCA para a criação do GT e levantar informações sobre o
224 PPCAAM. O conselheiro Itamar diz que é preciso avaliar a questão da sobreposição de
225 responsabilidades. O mesmo afirma que a execução direta de PPCAAM é de nível estadual. É
226 possível participar, mas levando em consideração que a demanda tende a ficar concentrada no
227 Recife e pode ser que haja falta de entendimento de quem executa, coloca Itamar. A atribuição
228 é específica do CEDCA, finaliza o conselheiro. O conselheiro Eduardo diz que a demanda
229 específica e do Plano Municipal Socioeducativo, que o PPVida é uma proteção provisória e
230 que os adolescentes ameaçados de morte no Recife precisam ser encaminhados ao PPCAAM.



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

231 A proteção é para garantir o direito à vida dos adolescentes que estão mais vulneráveis no
232 Recife, fala Eduardo. **Os conselheiros disponíveis para fazer parte do GT do Simase são os**
233 **seguintes: Ana Maria de Farias Lira, Eduardo Paysan Gomes e Itamar Sousa de Lima**
234 **Júnior.** Roberta deve entrar em contato com a conselheira Dora Pires para saber sobre a sua
235 participação no GT. Fica pré-agendada a primeira reunião para a segunda-feira, dia 27, às 9h.
236 A conselheira Hemi pede esclarecimentos sobre o andamento da comissão que trata da
237 legislação do COMDICA. Ela afirma que há uma preocupação quanto ao processo de eleição
238 da sociedade civil. A conselheira Ana Farias informa que o COMDICA encaminhou uma
239 correspondência ao conselho tutelar sugerindo um prazo para posicionamento sobre a minuta
240 de alteração na lei. Ela informa que o conselho tutelar respondeu afirmando que não existe
241 condição de marcar uma reunião devido à pandemia. A sugestão do COMDICA foi que o
242 próprio conselho tutelar realizasse a discussão da lei por RPA, comunica Ana. Em relação a lei
243 do COMDICA, Ana Farias coloca que o colegiado sugeriu a realização de uma oficina para
244 tratar o assunto, mas que até agora a oficina não foi realizada devido à pandemia. A conselheira
245 diz que se reuniu com o consultor do processo, Fernando Silva. A executiva Simone esclarece
246 que é preciso provocar o conselho tutelar e que ainda não foi formada uma comissão para tratar
247 da lei do COMDICA. O conselheiro Eduardo solicita que seja encaminhado um ofício aos
248 conselhos tutelares dando um prazo para a resposta sobre a realização das discussões por RPA
249 para as contribuições na lei municipal. Com relação a revisão na legislação do COMDICA,
250 Eduardo coloca que é preciso garantir o pagamento para o andamento do processo, tendo em
251 vista que o consultor Fernando tem muita competência, garantindo qualidade na reformulação
252 da lei. A executiva Simone coloca que já existe demanda do MP cobrando retorno sobre a
253 alteração da lei do conselho tutelar e regimento interno. A mesma diz ainda da necessidade de
254 retomar o processo de planejamento anual do COMDICA. A conselheira Ana Farias afirma
255 que falou com o consultor e que ele está disponível para o processo. Quanto a participação da
256 sociedade civil nas comissões, Ana diz que existe defasagem dos representantes e que a
257 legislação indica paridade. O conselheiro Evandro propõe um encontro da sociedade civil para
258 planejar a eleição das organizações representativas no COMDICA. O conselheiro Eduardo
259 lembra que a eleição da sociedade civil vai ser pautada pela lei que está vigente. A executiva
260 Simone propõe a formação da comissão para o andamento da alteração da lei e regimento
261 interno do COMDICA. **A Comissão de Revisão da Lei e Regimento Interno do COMDICA**
262 **fica assim formada: Ana Maria de Farias Lira, Itamar Sousa de Lima Júnior, Evandro**
263 **Alves de Freitas, Andréa Maria Guerra Coimbra Carvalho, Núbia Carla de Azevedo**
264 **Mesquita, Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha e Vesta Pires Magalhães Filha**
265 **(contribuem Germana, Andréa Castro e Eduardo). Informes Gerais –** A executiva Simone
266 informa o nome dos novos representantes da Câmara de Vereadores (Titular - Daize Michele
267 de Aguiar Gonçalves) e Cendhec (Titular - Kátia Simone Alves Pintor, Suplente - Manuela
268 Roberta Ramos Correa de Oliveira Magalhães Tertuliano). Seguindo com os informes, Simone
269 faz a leitura do ofício do Fórum DCA (anexo) que solicita a imediata abertura do Edital FMCA
270 2020 de cofinanciamento de projetos para entidades registradas no COMDICA. A conselheira
271 Ana Farias afirma que é preciso observar que há um edital em andamento. Ana pergunta a
272 gestora da parceria, Andréa Castro, se é possível a solicitação do Fórum DCA com um
273 cofinanciamento em andamento. Andréa afirma que existe uma força-tarefa trabalhando para
274 que, em agosto, conclua o processo todo. Simone lembra que há um documento do Ministério
275 Público Eleitoral, encaminhado pelo Gabinete do Prefeito, informando que projetos sociais não
276 podem ser aditivados e que editais não podem ser abertos. A executiva explica que o



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

277 COMDICA só pode abrir o edital de contingência e que Edital FMCA só em 2021. Simone
278 coloca que é possível que o conselho trabalhe um edital FMCA para lançamento futuro, após o
279 período de vedação eleitoral. A técnica Aurely esclarece que a legislação não atinge o
280 chamamento público aberto do Edital Itaú Social já que o termo só será assinado em 2021 e os
281 recursos não são do FMCA. A conselheira Andréa Castro lembra que a proposta é contemplar
282 com o edital de contingência até trinta instituições. A conselheira Ana Farias solicita o envio
283 de uma correspondência ao Fórum DCA informando sobre os processos. O conselheiro Itamar
284 lembra que é necessário colocar para o fórum que não é possível abrir um edital com outro em
285 andamento. A conselheira Andréa fala que na reunião com as vinte e seis instituições,
286 registrada em ata, informou sobre a conclusão do processo para agosto e que até a conclusão da
287 prestação de contas não é possível a abertura de um novo edital. Ela reforça que o
288 procedimento é coletivo e que se uma instituição não realizar a prestação de contas, o processo
289 fica aberto e prejudica a todos. A executiva Simone registra que para o fechamento do FMCA
290 2019 é necessário um trabalho que envolve equipe técnica e instituições. Dito isto, o presidente
291 comunica que recebeu uma carta de repúdio (anexo) para assinatura do COMDICA e pede para
292 que o conselheiro Itamar esclareça o assunto. Itamar coloca que o governo federal autorizou a
293 internação de adolescentes em comunidades terapêuticas e a Rede de Luta Antimanicomial, em
294 conjunto com outras instituições e órgãos de direito, fez um levante para se opor a resolução. O
295 documento visa se contrapor a medida já que as comunidades terapêuticas não têm uma
296 metodologia específica para o atendimento com crianças e adolescentes, abrindo precedentes
297 para o internamento, comparado ao adotado na extinta Febem, diz o conselheiro. O conselheiro
298 Eduardo registra que o Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas se tornou puramente
299 governamental e que compete ao CONANDA a implementação da política nacional dos
300 direitos da criança e do adolescente. A colegiado assina o documento. Não tendo nada mais
301 que por si só mereça registro, o presidente agradece a participação de todas e de todos e encerra
302 a reunião às 12h.

303
304 Recife, 22 de julho de 2020

305
306
307 **Armino Nascimento Pessoa**
308 *Presidente*

309
310
311 **Ana Maria de Farias Lira**
312 *(Conselheira / Secretária de Desenvolvimento Social,*
313 *Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos)*

314
315
316 **Auxiliadora Maria Pires Siqueira da Cunha**
317 *(Conselheira / Gabinete do Prefeito)*

318
319
320 **Núbia Carla de Azevedo Mesquita**
321 *(Conselheira / Associação para a Restauração do Homem)*

322



Conselho Municipal de Defesa e Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - COMDICA
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, JUVENTUDE, POLÍTICAS SOBRE DROGAS E DIREITOS HUMANOS

323

324 **Eduardo Paysan Gomes**

325 (Conselheiro / Secretaria de Desenvolvimento Social,

326 Políticas Sobre Drogas e Direitos Humanos)

327

328

329

330 **Germana Bezerra Suassuna**

331 (Conselheira / Secretaria de Saúde)

332

333

334

335 **Vesta Pires Magalhães Filha**

336 (Conselheira / Procuradoria Geral do Município)

337

338

339

340 **Andréa Maia Guerra Coimbra Carvalho**

341 (Conselheira / Procuradoria Geral do Município)

342

343

344

345 **Andréa Ricardo de Castro**

346 (Conselheira / Secretaria de Educação)

347

348

349

350 **Hemi Monique Vilas Bôas de Andrade**

351 (Conselheira / Centro de Integração Empresa Escola - CIEE)

352

353

354

355 **Itamar Sousa de Lima Júnior**

356 (Conselheira / Conselho Regional de Psicologia -CRP)

357

358

359

360 **Barbara Elias de Sousa Cabral**

361 (Conselheira / Escola Dom Bosco-Inspetoria Salesiano)

362

363

364

365 **Evandro Alves de Freitas**

366 (Conselheiro / Instituto Solidare)